



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

007. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Mal aproveitado no Brasil, telhado de casas pode gerar energia e captar água

Tente imaginar as cidades brasileiras vistas de cima. Agora repare no desperdício que é a soma dos telhados de todas as edificações. O modelo construtivo convencional banalizou a função dessa parte de casas, prédios, escolas, ginásios, estádios etc. Ainda hoje, ensina-se em muitos cursos de engenharia e arquitetura que o telhado é apenas um telhado. Um releu arremate que cobre o que está embaixo. Não seria exagero chamar isso de crime de lesa-cidade. No século 21, essas áreas ganham progressivamente importância e prestígio na promoção da qualidade de vida de seus donos com múltiplos usos inteligentes. Quem mora em São Paulo aprendeu isso na raça. No auge da crise hídrica, muita gente adaptou às pressas o telhado para captar água de chuva.

Segundo a ANA (Agência Nacional de Águas), uma casa com 100 m² de área de telhado no centro da capital paulista pode captar água suficiente para abastecer uma família de quatro pessoas em suas necessidades de limpeza e descarga do vaso sanitário, por exemplo. Dependendo da localização, o telhado pode ser uma miniusina solar. Um *kit* completo, incluindo inversores e outros acessórios, custa cerca de R\$ 15 mil e é capaz de reduzir em até 80% a conta de luz, com o retorno do capital investido em, no máximo, 12 anos. É caro, mas o valor vem caindo 5% ao ano. O telhado verde, com o plantio de certas espécies mais indicadas para esse fim, promove o isolamento térmico e acústico e, se desejar, captação de água de chuva. Tudo isso sem falar no ar caprichoso da casa, que fica parecendo ter saído de um conto de fada dos irmãos Grimm.

Quer experimentar algo mais simples e barato? Pinte todo o telhado com tinta branca reflexiva e reduza em até 70% a temperatura no interior da construção, além de refletir os raios solares que agravam o efeito estufa. Um projeto simples, de eficácia indiscutível e que assegura bem-estar pessoal e munição extra contra o aquecimento global.

(André Trigueiro. www.folha.uol.com.br. 24.07.2016. Adaptado)

01. Considere as frases do primeiro parágrafo:

1. Ainda hoje, ensina-se em muitos cursos de engenharia e arquitetura que o telhado é apenas um telhado.
2. No século 21, essas áreas ganham progressivamente importância e prestígio na promoção da qualidade de vida de seus donos com múltiplos usos inteligentes.
3. No auge da crise hídrica, muita gente adaptou às pressas o telhado para captar água de chuva.

Ao ligar essas frases em sequência com conectivos, preservando-se a relação de sentido estabelecida no parágrafo, deve-se iniciar as frases 2 e 3, respectivamente, com:

- (A) Portanto; Por isso.
- (B) Desse modo; Haja vista.
- (C) Todavia; Por exemplo.
- (D) Apesar disso; Mesmo assim.
- (E) No entanto; Contudo.

02. No segundo e no terceiro parágrafos do texto, o autor apresenta modos diversos de explorar o telhado, envolvendo

- (A) economia de energia, qualidade de vida e impacto ambiental.
- (B) ampliação do espaço, lazer em família e diminuição de gastos.
- (C) lazer em família, economia de energia e controle da temperatura.
- (D) reciclagem de material, ampliação do espaço e aspecto estético.
- (E) diminuição de gastos, redução de ruídos e reciclagem de material.

03. Emprega-se com sentido figurado uma palavra que se encontra no trecho:

- (A) Agora repare no desperdício que é a soma dos telhados de todas as edificações. (1º parágrafo)
- (B) ... pode captar água suficiente para abastecer uma família de quatro pessoas... (2º parágrafo)
- (C) ... promove o isolamento térmico e acústico e, se desejar, captação de água de chuva. (2º parágrafo)
- (D) Pinte todo o telhado com tinta branca reflexiva... (3º parágrafo)
- (E) ... assegura bem-estar pessoal e munição extra contra o aquecimento global. (3º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que a pontuação se mantém em conformidade com a norma-padrão da língua após a rescrita da frase.

- (A) Mal aproveitado no Brasil, telhado de casas pode gerar energia e captar água.
Telhado de casas mal aproveitado no Brasil, pode gerar energia e captar água.
- (B) Tente imaginar as cidades brasileiras vistas de cima.
Tente imaginar vistas de cima, as cidades brasileiras.
- (C) Não seria exagero chamar isso de crime de lesa-cidade.
Chamar isso de crime de lesa-cidade, não seria exagero.
- (D) Dependendo da localização, o telhado pode ser uma miniusina solar.
O telhado, dependendo da localização, pode ser uma miniusina solar.
- (E) É caro, mas o valor vem caindo 5% ao ano.
É caro, mas o valor ao ano, vem caindo 5%.

05. A concordância padrão está plenamente respeitada em:

- (A) A função dos telhados das edificações tendem a ser banalizadas pelo modelo construtivo convencional.
- (B) Aos telhados dá-se gradativa importância na promoção da qualidade de vida nas grandes cidades.
- (C) Com o aproveitamento de 100 m² de área de telhado, é atendido a demanda de limpeza de uma família de quatro pessoas.
- (D) Obtêm-se o retorno do capital investido na aquisição de inversores e de outros acessórios em 12 anos, no máximo.
- (E) O cultivo de certas espécies de plantas no telhado podem garantir o isolamento térmico e acústico da edificação.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 09.

Rubem Braga e Mário de Andrade, dois bichos que não se davam

Qual a razão da desavença entre Rubem Braga e Mário de Andrade, dois dos mais influentes escritores brasileiros do século 20? Era sabido que os bichos jamais se beijaram, e a leitura de “Os Moços Cantam & Outras Crônicas Sobre Música” – um dos três títulos de uma caixa recém-lançada – põe mais lenha na fogueira da vaidade literária.

Em texto que permanecia inédito em livro, publicado em 1957 no “Diário de Notícias”, Rubem Braga conta que, em cartas, o autor modernista se referia a ele como “asa negra da minha vida”. Macabro, não?

O cronista desconfia que a hostilidade começou durante a Revolução de 1932. Com 19 anos, Braga cobriu a revolta armada contra Getúlio Vargas, chegando a ser preso como espião. O paulista não teria gostado do tom irônico das reportagens. Um ano depois, os dois se encontraram na redação do jornal “Diário de São Paulo”. Braga, que ocupava a mesa ao lado daquela em que Mário vinha à noite escrever sua crítica de música, tentou uma aproximação – mas não foi bem recebido.

Já tendo se transformado no velho Braga, com as vastas sobranceiras e o bigode em forma de trapézio que lhe conferiam um ar ainda mais carrancudo, o “Sabiá da Crônica” não poupou bicadas: “Em assuntos de amizade, tenho horror dessa história de ‘trocar de bem’ e ‘trocar de mal’, e o maior tédio a confissões, acertos de conta, explicações sentimentais com homens”.

O fato é que Rubem Braga foi, entre os jovens intelectuais dos anos 1930, o único que não recebeu uma carta do guru Mário de Andrade. Se tivessem trocado um bilhete que seja, poderiam ter sido amigos. Ao menos, por correspondência.

(Álvaro Costa e Silva. *Folha de S.Paulo*, 11.10.2016. Adaptado)

06. O autor do texto

- (A) expõe as razões de Rubem Braga e de Mário de Andrade se repelirem intelectualmente e manifesta sua reprovação ao modo acintoso como o segundo, em suas crônicas, se reportava ao primeiro, o que se explicita no comentário *Macabro, não?* (2º parágrafo).
- (B) apresenta conjecturas de Rubem Braga acerca das razões da hostilidade de Mário de Andrade para com ele, tomando o cuidado de deixar claro que Braga não tinha certeza dos motivos do escritor modernista, o que se evidencia no segmento *O cronista desconfia* (3º parágrafo).
- (C) explica as origens do conflito entre Rubem Braga e Mário de Andrade, remontando à Revolução de 1932, quando os escritores tomaram posições opostas, o que fica evidente ao comparar os textos de ambos publicados no “Diário de Notícias” (3º parágrafo).
- (D) relaciona o desentendimento entre Rubem Braga e Mário de Andrade à vaidade acentuada deste último, opinião que se mostra inquestionável no uso da palavra *guru* referindo-se ao modo como o escritor modernista gostava de ser tratado pelos mais jovens (5º parágrafo).
- (E) relata que nem Rubem Braga nem Mário de Andrade demonstraram interesse em desenvolver um relacionamento amistoso, mesmo dividindo uma coluna no “Diário de São Paulo”, e lamenta essa distância ao afirmar que *poderiam ter sido amigos* (5º parágrafo).

07. Assinale a alternativa que apresenta um entendimento adequado da passagem do texto, considerada no contexto.

- (A) Qual a razão da desavença entre Rubem Braga e Mário de Andrade...? (1º parágrafo) / O desentendimento entre Rubem Braga e Mário de Andrade foi descoberto recentemente, o que surpreende o autor.
- (B) Com 19 anos, Braga cobriu a revolta armada contra Getúlio Vargas, chegando a ser preso como espião. (3º parágrafo) / Aos 19 anos, Braga já militava em partidos que se opunham ao governo, o que o levou a se tornar preso político.
- (C) Já tendo se transformado no velho Braga, com as vastas sobranceiras e o bigode em forma de trapézio que lhe conferiam um ar ainda mais carrancudo... (4º parágrafo) / Braga adquiriu um ar carrancudo depois que passou a usar o bigode em forma de trapézio.
- (D) O fato é que Rubem Braga foi, entre os jovens intelectuais dos anos 1930, o único que não recebeu uma carta do guru Mário de Andrade. (5º parágrafo) / Mário de Andrade era pródigo em escrever cartas aos jovens intelectuais dos anos 1930.
- (E) Se tivessem trocado um bilhete que seja, poderiam ter sido amigos. (5º parágrafo) / As discordâncias de Rubem Braga e Mário de Andrade resumiam-se a seus escritos literários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

08. Na frase que abre o texto, o vocábulo **influentes** está corretamente substituído pelo sinônimo:
- (A) pretensiosos.
 - (B) extravagantes.
 - (C) prestigiosos.
 - (D) austeros.
 - (E) renitentes.
09. Quanto à regência padrão, a expressão destacada em – ... o autor modernista **se referia a ele como** “asa negra da minha vida”. – está corretamente substituída por:
- (A) o atribuía a alcunha
 - (B) o concedia o apelido
 - (C) lhe classificava de
 - (D) lhe chamava de
 - (E) o denominava de
10. O acento indicativo de crase está empregado corretamente em:
- (A) No “Diário de São Paulo”, Mário de Andrade dedicava-se à crítica de música.
 - (B) Na redação do jornal “Diário de São Paulo”, Mário e Braga sentaram lado à lado.
 - (C) Se trocassem um bilhete sequer, os escritores chegariam à travar amizade.
 - (D) Rubem Braga diz ter, em assuntos de amizade, horror à explicações sentimentais.
 - (E) O cronista Rubem Braga foi o único à quem Mário de Andrade não escreveu.

11. Segundo o disposto na Constituição Federal, se um ato administrativo aplicar indevidamente determinada súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) poderá ser anulado por meio de recurso ordinário a ser interposto diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) deverá ser impugnado por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (C) poderá ser anulado por meio de reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (D) deverá ser impugnado por meio de ação própria em primeira instância da Justiça Federal.
 - (E) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, para dirimir a divergência sobre a aplicação correta da súmula vinculante.
12. Na hipótese de o Município não cumprir uma ordem judicial transitada em julgado, a Constituição Federal prevê, expressamente, como possível consequência,
- (A) a intervenção Federal, a ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) a suspensão dos direitos políticos do Prefeito Municipal.
 - (C) a intervenção do Estado a ser determinada pelo Tribunal de Justiça por deferimento de representação.
 - (D) a suspensão de repasses de recursos federais ao Município até que seja cumprida a ordem judicial.
 - (E) a intervenção estadual, em decorrência de reclamação constitucional, a ser determinada pelo Superior Tribunal de Justiça.

13. Considerando as regras do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a alternativa que prevê hipótese em que é necessária a observância da cláusula de reserva de plenário.

- (A) Decisão de Tribunal que afasta a incidência da lei, mas não declara expressamente a sua inconstitucionalidade, sem pronunciamento anterior do Pleno, do Órgão Especial ou do STF sobre a questão.
- (B) Quando o Tribunal, ao apreciar e julgar lei ou o ato normativo do poder público questionado perante a Constituição Federal, decidir, expressamente, pela sua constitucionalidade.
- (C) Decisão do Tribunal que, ao apreciar norma anterior à Constituição Federal vigente, decidir pela sua revogação por incompatibilidade com o novo texto constitucional.
- (D) Quando o Tribunal, utilizando a técnica de interpretação conforme a Constituição, mantém a norma vigente por ausência de contrariedade às normas da Constituição Federal.
- (E) Decisão do Tribunal que indefere pedido de medida cautelar em ação na qual se postula a inconstitucionalidade da lei ou de ato normativo do poder público.

14. O Prefeito Municipal enviou projeto de lei à Câmara de Vereadores, dispondo sobre a concessão de determinado benefício aos servidores municipais. Os Vereadores, porém, apresentaram emenda ao projeto estendendo o benefício aos servidores aposentados. O projeto foi aprovado, com a inclusão da emenda parlamentar, sendo enviado ao Prefeito que o sancionou integralmente. A lei foi promulgada e publicada.

Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) a lei é constitucional, uma vez que não houve qualquer vício formal no respectivo processo legislativo.
- (B) houve um vício formal quando foi aprovada a emenda parlamentar, que não poderia acarretar despesa ao projeto original.
- (C) a inconstitucionalidade formal que existia restou convalidada quando o Prefeito decidiu sancionar integralmente o projeto.
- (D) ocorreu um vício formal, mas ele não tem o condão de tornar nula a lei porque o conteúdo aprovado atendeu a um direito constitucional dos servidores aposentados.
- (E) os parlamentares exerceram seu legítimo direito de propor emendas aos projetos de lei que são enviados à Casa, que não pode ser tolhido.

15. Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta.

- (A) A diversidade e distinção na concessão dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais pelo poder público é um dos objetivos constitucionais da seguridade social.
- (B) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos.
- (C) O Poder Judiciário não admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas devendo tais questões ser dirimidas pela justiça desportiva, na forma da lei.
- (D) Com o objetivo de preservação do meio ambiente, serão vedadas a alteração e a supressão dos espaços territoriais e seus componentes considerados especialmente protegidos.
- (E) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

16. Assinale a alternativa que está de acordo com as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal.

- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar viola a Constituição Federal.
- (B) A Justiça Estadual é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- (C) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- (D) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.

17. A Súmula Vinculante nº 31, do Supremo Tribunal Federal, estatui que é inconstitucional a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis. No entanto, por hipótese, o Município de Marília continua a exigir o tributo, face ao que, a empresa X resolve questionar administrativamente a cobrança e requerer a restituição dos valores pagos indevidamente. O último recurso cabível na esfera administrativa, interposto pela empresa X, foi indeferido, restando, portanto, negada a pretensão inicial de restituição do indébito. Diante de tal quadro, caberia

- (A) apresentar embargos de declaração perante a Administração, a fim de prequestionar a questão constitucional subjacente para preencher os requisitos de interposição de Recurso Extraordinário.
- (B) acionar o Poder Judiciário, por meio de um Mandado de Injunção, para suprir a omissão do administrador em aplicar a súmula, sendo que a decisão do Supremo Tribunal Federal poderá anular a decisão proferida pela Administração.
- (C) acionar o Poder Judiciário, por meio de uma Ação de Inconstitucionalidade, para compelir o administrador ao cumprimento da Súmula, determinando o pagamento do valor devido, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) acionar o Poder Judiciário, por meio de uma Reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que, julgada procedente, anulará o ato administrativo, no caso, a decisão final do recurso que indeferiu o pleito da empresa X de restituição do indébito.
- (E) tão somente acolher a decisão administrativa, pois a pretensão da empresa X de discutir a decisão administrativa não possui amparo no ordenamento jurídico pátrio, pois não há controle judicial de ato administrativo.

18. Na modalidade licitatória do pregão, disciplinada pela Lei Federal nº 10.520/02, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo

- (A) os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta.
- (B) a proposta detalhada, com a composição dos custos unitários discriminada.
- (C) uma declaração do licitante de que cumpriu todas as exigências fixadas no edital.
- (D) uma declaração do licitante de que sua proposta foi elaborada de forma independente.
- (E) uma declaração do licitante de que possui as qualificações técnico-operacional e técnico-profissional previstas no edital.

19. Considere a seguinte situação hipotética.

A Prefeitura de Marília possui um terreno sem afetação a alguma finalidade pública, que poderia ser utilizado, por sua localização, como estacionamento. Então, o Poder Público procede a adequação do terreno à finalidade de que sirva como estacionamento, construindo uma pequena guarita e instalando muros e portões. Estando o terreno pronto para receber um estacionamento, é correto afirmar que o Executivo Municipal

- (A) não poderá usar o terreno da forma prevista, pois os bens públicos são de uso comum, não havendo nenhuma hipótese de uso privativo, como pretende a Municipalidade.
- (B) poderá fazer licitação para a concessão de bem público, para que a exploração fique a cargo de particular, que remuneraria a Administração Municipal.
- (C) poderá fazer licitação para a concessão de serviço público impróprio, sujeita ao regime de concessões e permissões da Lei Federal nº 8.987/95.
- (D) poderá explorar diretamente o terreno como estacionamento, mas não poderá fazê-lo mediante descentralização à iniciativa privada.
- (E) poderá descentralizar a exploração do estacionamento à iniciativa privada, por meio de uma concessão patrocinada.

20. A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem com vistas à futura desapropriação é

- (A) da União, exclusivamente.
- (B) dos Estados, exclusivamente.
- (C) dos Municípios, exclusivamente.
- (D) da União e dos Estados, concorrentemente.
- (E) da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

21. Suponha-se que um determinado agente público vinculado ao Município de Marília atue para frustrar a licitude de processos licitatórios e com isso acumule recursos suficientes para comprar uma casa e um veículo, caracterizando enriquecimento ilícito e, conseqüentemente, ato de improbidade administrativa. Instaurada a ação cabível, o agente público vem a falecer e seus filhos reclamam ter direito aos bens deixados pelo pai, inclusive os resultantes do ilícito administrativo. Alegam os herdeiros do agente público que não praticaram ato de improbidade e que não estão sujeitos à perda dos bens. Diante do previsto na Lei Federal nº 8.429/92, os filhos do agente público

- (A) não têm razão, pois no microsistema da Lei de Improbidade Administrativa, o perdimento dos bens é determinado liminarmente e, somente caso a ação seja julgada improcedente, caberá ressarcimento, em dinheiro, aos herdeiros.
- (B) têm razão, pois apesar de eventualmente serem provados atos de improbidade administrativa, os filhos não respondem pelos atos de improbidade praticados pelo pai, cuja responsabilidade é personalíssima.
- (C) não têm razão, pois no caso de enriquecimento ilícito, não só o agente público perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, como também o terceiro beneficiário.
- (D) têm razão, pois as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa são de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos, mas não alcançam a esfera patrimonial do agente público.
- (E) não têm razão, pois segundo o previsto na Lei de Improbidade Administrativa, os herdeiros do agente público devem perder os bens ilícitamente adquiridos pelo pai, bem como ressarcir o erário integralmente, pagar a multa eventualmente cominada e absterem-se de contratar com o Poder Público.

22. Em relação aos adiantamentos, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo prevê que

- (A) as despesas feitas por adiantamento, desde que não impugnadas pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas por ele na sua tomada de contas.
- (B) o ordenador de despesa também é responsável por prejuízos causados ao erário em atos praticados por subordinado, ainda que este exorbite das ordens recebidas.
- (C) as despesas processadas no regime de adiantamento para atender gastos com representação de gabinete não constituem processo autônomo e não são reservadas.
- (D) os responsáveis pelas unidades de despesa deverão, diariamente, comunicar ao Tribunal de Contas as entregas de numerário levantado sob o regime de adiantamento.
- (E) o ordenador de despesa será quitado e o responsável liberado do adiantamento, se, passados 5 (cinco) anos, o Tribunal não tenha julgado a respectiva prestação de contas.

23. Um homem foi preso em flagrante delito acusado de molestar sexualmente uma mulher dentro de um ônibus. José, repórter, fotografou o suspeito, visando publicar uma matéria sobre o caso em sua coluna diária, em um periódico de circulação nacional, denominado Diário da Manhã. Entretanto, José estava também trabalhando em outra matéria, sobre jovens talentos do mundo corporativo, ocasião em que entrevistou e fotografou Joaquim, diretor no Brasil de uma multinacional do mercado financeiro. Quando da edição do jornal, por engano, ao elaborar a matéria sobre o acusado de molestar a mulher no ônibus, José publicou a foto de Joaquim, ao invés da foto do suspeito. Na edição seguinte do Jornal, foi publicada uma "errata" e retirada a foto indevidamente publicada. Joaquim, apesar de não ter tido qualquer prejuízo patrimonial direto em decorrência da publicação, decidiu buscar uma indenização perante o Poder Judiciário.

Conforme disciplina constante da legislação civil, bem como de acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Joaquim poderá obter indenização por danos morais,

- (A) devendo comprovar o prejuízo extrapatrimonial decorrente da errônea publicação. A responsabilidade será exclusiva do jornalista José, não havendo qualquer responsabilidade da empresa jornalística Diário da Manhã.
- (B) não havendo necessidade de comprovar o prejuízo sofrido, tendo em vista que o dano moral é *in re ipsa*. A responsabilidade será do jornalista José, bem como da empresa jornalística Diário da Manhã.
- (C) não havendo necessidade de comprovar o prejuízo sofrido, tendo em vista que o dano moral é *in re ipsa*. A responsabilidade será exclusiva do jornalista José, não havendo responsabilidade da empresa jornalística Diário da Manhã.
- (D) devendo comprovar o prejuízo extrapatrimonial decorrente da errônea publicação. A responsabilidade será do jornalista José, bem como da empresa jornalística Diário da Manhã.
- (E) havendo a necessidade de comprovação dos prejuízos extrapatrimoniais sofridos. A responsabilidade será do jornalista José e a empresa jornalística Diário da Manhã responde apenas subsidiariamente.

24. Caio solicitou um empréstimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a Tício e Mélvio. Foi previsto no título da dívida a solidariedade ativa. O vencimento da obrigação foi fixado para a data de 01.08.2017. No dia 30.07.2017, faleceu Tício, que deixou dois herdeiros sucessíveis, seus filhos Aquiles e Justiniano.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O falecimento de um dos credores não faz cessar a solidariedade, podendo Mélvio demandar Caio pela totalidade da dívida, mas Aquiles e Justiniano apenas o podem fazer pelo valor correspondente aos seus quinhões hereditários.
- (B) A morte de qualquer dos credores extingue a solidariedade ativa; dessa forma, Mélvio somente poderia demandar de Caio metade do valor da dívida.
- (C) A morte de um dos credores não extingue a solidariedade; dessa forma, Mélvio, Aquiles e Justiniano poderiam, juntos ou cada um deles isoladamente, demandar Caio pelo valor total da dívida.
- (D) A morte de um dos credores não extingue a solidariedade, mas Aquiles e Justiniano ou Mélvio, juntos ou isoladamente, podem demandar Caio somente pela metade do valor da dívida.
- (E) A morte de um dos credores extingue a solidariedade e transforma a obrigação em indivisível, somente podendo a dívida ser demandada de Caio na integralidade por Mélvio, Aquiles e Justiniano reunidos.

25. Maria vendeu um imóvel a João, pelo valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na data de 01.01.2004. Foi assinado um instrumento público de compromisso de compra e venda, estipulando que João deveria pagar o valor devido a Maria em 24 parcelas. Foi prevista cláusula resolutiva expressa, a partir do 30º dia do inadimplemento de qualquer parcela. A primeira parcela venceu no dia 01.03.2004. Em razão do cumprimento do contrato, credor e devedor se encontravam todo mês. Eles iniciaram um relacionamento amoroso e casaram em 01.07.2004. Na data do casamento, haviam sido pagas 3 parcelas, tendo sido a última parcela paga no dia 01.05.2004; a 4ª parcela venceria no dia 01.06.2004 e não foi paga. A partir do casamento, nada mais foi pago. O relacionamento, entretanto, era conturbado e, em 01.07.2011, houve o divórcio. Após o divórcio, Maria ingressou na carreira de Diplomata, tendo iniciado o exercício de suas funções no consulado do Egito em 01.07.2015, somente retornando ao Brasil em 01.07.2016. Após o retorno ao Brasil ajuizou, em 30.06.2017, uma ação de execução de título executivo extrajudicial, para obter os valores não pagos por João, que foi citado em 01.08.2017.

É correto afirmar que a execução judicial

- (A) deve ser admitida, tendo em vista que a dívida somente prescreverá em 01.07.2021.
- (B) deverá ser extinta, tendo em vista que a dívida prescreveu em 01.07.2009.
- (C) deverá ser extinta, tendo em vista que a dívida prescreveu em 01.07.2017, data anterior à citação.
- (D) deve ser admitida, tendo em vista que o ajuizamento da ação se deu antes da data da prescrição.
- (E) deverá ser extinta, tendo em vista que a dívida prescreveu em 01.07.2016.

26. Maria locou um apartamento de propriedade de João, pelo valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por um prazo de 120 meses. Foi previsto no contrato a aplicação de índice de correção monetária oficial, a ser aplicado anualmente. Contudo, todo o contrato foi cumprido, mediante o pagamento mensal do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sem qualquer correção monetária, e sem qualquer oposição do locador. Após o término do contrato, foi o imóvel entregue. Contudo, após dois anos da entrega do imóvel, Maria recebeu uma citação decorrente de um processo judicial, no qual o locador pretendia reaver a correção monetária não paga durante todo o período do contrato.

A pretensão do locador deve ser julgada

- (A) procedente, tendo em vista que o contrato previa a obrigação de pagamento com correção monetária, incidindo o princípio da força obrigatória dos contratos.
- (B) improcedente, tendo em vista a prescrição dos valores devidos, cujo prazo é de um ano, contado do término do contrato.
- (C) improcedente, tendo em vista a configuração do instituto da *supressio*, decorrente do princípio da boa-fé.
- (D) parcialmente procedente, tendo em vista o prazo prescricional de três anos, contados da data de vencimento de cada mensalidade do aluguel.
- (E) procedente, tendo em vista que a correção monetária apenas recompõe o valor da moeda, não podendo a locatária se beneficiar da sua torpeza (*venire contra factum proprium*).

27. A Prefeitura de determinado Município do Estado de São Paulo, em janeiro de 1995, desapropriou um terreno de 1000 m² para a construção de um Hospital. Contudo, quando do início das obras, verificou-se que o solo estava contaminado com produtos prejudiciais à saúde, razão pela qual a obra foi abandonada. No mês de maio do mesmo ano (1995), 4 (quatro) famílias carentes vindas de outro Estado, que não possuíam outro imóvel de sua propriedade, invadiram o terreno e construíram suas moradias no local, sem qualquer oposição. No ano de 2017, o novo Prefeito, alertado da situação, pretende promover a desocupação do terreno.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O terreno não poderá ser desocupado, tendo em vista que as famílias adquiriram a propriedade do imóvel pela usucapião extraordinária, em razão do princípio da função social da propriedade pública.
- (B) O terreno poderá ser desocupado, tendo em vista que é de propriedade do Município, incidindo o princípio da imprescritibilidade dos bens públicos, não havendo qualquer direito dos possuidores decorrente da longa ocupação.
- (C) O terreno não pode ser desocupado, tendo em vista que as famílias atenderam aos requisitos para a aquisição da concessão de uso especial para fins de moradia, não podendo ser removidas, salvo se forem desapropriadas de seu direito.
- (D) O terreno deverá ser desocupado, tendo em vista o risco à saúde, devendo a Municipalidade garantir aos possuidores o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em outro local.
- (E) A Municipalidade deverá distribuir passagens de ônibus para que as famílias que ocupam o imóvel possam retornar ao seu Estado de origem e assim desocupem a área, tendo em vista o princípio da melhor alocação dos cidadãos.

28. Pedro obteve a aprovação, pela Prefeitura Municipal, de um projeto de loteamento, bem como promoveu o registro do mesmo perante o Cartório de Registro de Imóveis. Houve o início das vendas, que foram um sucesso: em menos de 5 meses, 90% dos lotes foram vendidos. Em razão do sucesso das vendas, Pedro apresentou uma proposta de alteração do loteamento, visando reduzir em 50% as áreas antes previstas para equipamentos urbanos, com o intuito de aumentar o número de lotes para venda.

É correto que a municipalidade

- (A) poderá concordar com a proposta de alteração apresentada por Pedro, tendo em vista que irá aumentar o número de moradores e melhorar a arrecadação do IPTU.
- (B) somente poderá concordar se ainda não efetuou o registro em seu nome dos equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo.
- (C) poderá concordar com a proposta, mesmo que tenha feito o registro em seu nome dos equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo.
- (D) poderá concordar, desde que sejam previstas medidas compensatórias, independentemente de ter realizado ou não o registro dos equipamentos urbanos.
- (E) não poderá concordar com a proposta porque, desde a aprovação do loteamento, as áreas dos equipamentos urbanos passaram a ser bens públicos, independentemente do registro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29. Sobre os requisitos da petição inicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de determinação de emenda, o juiz deve indicar os defeitos existentes de forma genérica, sob pena de perda da sua imparcialidade.
- (B) O pedido deve ser certo e determinado, podendo ser genérico nas ações universais se o autor não puder individualizar os bens demandados.
- (C) Se o autor não cumprir a diligência para emenda da petição inicial, cabe ao réu, em preliminar de contestação, requerer a extinção do feito.
- (D) É lícita a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu em um único processo, desde que entre eles haja conexão.
- (E) A petição inicial será indeferida se, a despeito da falta de informação quanto ao nome, prenome, estado civil, profissão, for possível a citação do réu.

30. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, atingindo os bens pessoais do sócio. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado a pedido da parte, pelo Ministério Público ou de ofício pelo juiz.
- (B) A desconsideração inversa da personalidade jurídica é um instituto consagrado pela doutrina e jurisprudência, mas não previsto expressamente no ordenamento jurídico.
- (C) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- (D) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação de bens havida em fraude de execução será inexistente em relação ao requerente.
- (E) Dispensa-se a instauração do incidente de desconsideração de pessoa jurídica se ela for requerida na petição inicial. Caso seja requerida após, a instauração do incidente interrompe o processo.

31. A fundamentação é elemento essencial da sentença, na qual o juiz analisa as questões de fato e de direito relativas à lide. Considera-se fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão que
- (A) indique, reproduza ou parafraseie ato normativo, ainda que sem explicar a causa ou questão decidida.
 - (B) enfrente todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
 - (C) empregue conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
 - (D) invoque motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
 - (E) invoque precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.
32. O juiz resolverá o mérito quando
- (A) a petição inicial for indeferida.
 - (B) verificar a ausência de pressupostos de constituição do processo.
 - (C) reconhecer a existência de coisa julgada.
 - (D) homologar a desistência da ação.
 - (E) homologar a transação.
33. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode ter por objeto apenas um capítulo da decisão, devendo englobar a decisão como um todo.
 - (B) Pode ter por objeto apenas decisão de mérito.
 - (C) O direito à rescisão se extingue em dois anos contados do trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir, ainda que esta não seja a última decisão proferida no processo.
 - (D) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
 - (E) Ainda que a decisão de mérito transitada em julgado seja rescindida, os atos de disposição de direitos praticados pelas partes não estão sujeitos à anulação.
34. Matheus ajuizou ação contra seu Município, buscando reparação de danos morais alegando que seu nome foi equivocadamente inscrito no cadastro de inadimplentes. O Município apresentou contestação. A ação foi julgada improcedente e o Município condenado a pagar as custas e honorários advocatícios em favor de Matheus. Diante da situação hipotética, o Município, por meio de sua procuradoria, deverá
- (A) opor embargos de declaração no prazo de cinco dias, endereçado ao juiz da causa para que ele corrija a sentença.
 - (B) interpor apelação no prazo de quinze dias, endereçada ao juiz da causa para que ele modifique a sentença.
 - (C) opor embargos de declaração no prazo de quinze dias, endereçado ao juiz da causa para que ele modifique a sentença.
 - (D) interpor agravo de instrumento no prazo de quinze dias, endereçado ao tribunal para que a sentença seja reformada.
 - (E) opor embargos de declaração no prazo de cinco dias, endereçado ao tribunal para que a sentença seja reformada.

DIREITO DO CONSUMIDOR

35. A respeito das relações jurídicas previstas e reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) se equipara a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
 - (B) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, excepcionando-se os entes despersonalizados.
 - (C) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
 - (D) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, exceto as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.
 - (E) se o serviço público for cedido para uma empresa permissionária, esta não é mais obrigada a fornecer os serviços essenciais de forma contínua.

36. O Código de Defesa do Consumidor prevê diversas formas de sanções administrativas, dentre elas: multa, apreensão ou inutilização do produto, suspensão de fornecimento ou de atividade e imposição de contrapropaganda. Dada tal afirmação, assinale a alternativa correta.
- (A) As sanções administrativas serão aplicadas pela autoridade judiciária da comarca onde ocorrer o dano ou no domicílio do consumidor lesado.
 - (B) Não é possível a aplicação de sanções administrativas por medida cautelar antes do trânsito em julgado.
 - (C) A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, será revertida proporcionalmente entre o Fundo de Proteção ao Consumidor e o consumidor diretamente lesado.
 - (D) Quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação do produto ou serviço, a pena de suspensão temporária de atividade será aplicada pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.
 - (E) A pena de contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário anteriormente apresentada, de modo que seja capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

37. Considerando a distinção das categorias de direitos transindividuais segundo as suas origens, na hipótese de consumidores que adquiriram produtos fabricados em série com defeito, ou seja, interessados determináveis que estão ligados entre si por uma mesma situação de fato compõem a categoria de
- (A) interesses coletivos em sentido estrito.
 - (B) direito individual puro.
 - (C) interesses individuais homogêneos.
 - (D) interesses individuais heterogêneos.
 - (E) interesses difusos.

38. Hércules, cidadão devida e legalmente legitimado, moveu uma ação popular contra o Município e contra a autoridade municipal que autorizou, em tese, um ato causador de lesão aos cofres públicos da Municipalidade. Nessa situação, segundo o disposto na Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717/65), é correto afirmar que o Ente Público envolvido
- (A) não poderá deixar de contestar o pedido.
 - (B) deverá pedir para ser excluído da lide, vez que não tem legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo da lide.
 - (C) tem responsabilidade solidária com a autoridade municipal, corré na ação.
 - (D) poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
 - (E) deve, nesse caso, em razão da incompatibilidade de interesse processual, ser representado pelo Ministério Público.

39. Com relação ao transporte, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelece que
- (A) aos maiores de sessenta e cinco anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
 - (B) para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade e um comprovante de endereço demonstrando que reside no respectivo Município.
 - (C) nos veículos de transporte coletivo, serão reservados vinte por cento dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.
 - (D) no caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos, ficará a critério da legislação federal dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte coletivo.
 - (E) é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de dez por cento das vagas nos estacionamentos públicos e de vinte por cento nos privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

40. Assinale a alternativa que está em consonância com a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85).

- (A) Poderá o juiz conceder mandado liminar na ação, com ou sem justificativa prévia, de cuja decisão não caberá recurso.
- (B) Se, no exercício de suas funções, o juiz tiver conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, deve solicitar à Procuradoria Geral do Estado que tome as medidas cabíveis.
- (C) O Município tem legitimidade para propor a ação civil pública e firmar termo de ajustamento de conduta com os interessados.
- (D) As ações previstas nessa Lei serão propostas no foro do domicílio do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- (E) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. A Associação dos Familiares e Amigos dos Vulneráveis de Marília, instituição de assistência social sem fins lucrativos, possui dois imóveis na área urbana municipal. Em um deles funciona sua sede, onde são desenvolvidas as atividades da associação. O outro encontra-se alugado para terceiro, para fins comerciais. Sobre esse segundo imóvel,

- (A) incide IPTU, porquanto apenas o imóvel utilizado diretamente no desempenho das atividades assistenciais é alcançado pela imunidade subjetiva prevista na Constituição Federal.
- (B) incide IPTU, assim como sobre o primeiro imóvel, já que a imunidade constitucional para entidades assistenciais não abrange imposto sobre patrimônio.
- (C) incide IPTU, assim como sobre o primeiro imóvel, porque a imunidade constitucional para entidades é subjetiva e abrange aquelas que tenham finalidade de educação, além de partidos políticos, inclusive suas fundações, e entidades sindicais.
- (D) não incide IPTU, pois, ainda quando alugado a terceiros, imóvel pertencente a instituição de assistência social permanece imune ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da entidade proprietária.
- (E) não incide IPTU, pois, ainda quando alugado a terceiros e independentemente da destinação do valor dos aluguéis, imóvel pertencente a instituição de assistência social permanece imune ao IPTU, já que a imunidade constitucional é, nessa hipótese, subjetiva.

42. Ajuizada execução fiscal contra a empresa "A" e seus dois sócios pessoas físicas, sem localizar bens suficientes para pagamento da obrigação exequenda, o Procurador do Município de Marília, em diligência, descobriu que os mesmos dois sócios da empresa "A" são também sócios administradores da empresa "Z", atuante no mesmo ramo empresarial da executada "A". Segundo a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, a Fazenda Municipal poderá

- (A) requerer a inclusão da empresa "Z" no polo passivo da execução fiscal ajuizada contra a empresa "A", porquanto se admite nesses casos excepcionais a desconsideração inversa da personalidade jurídica diante da comprovação do desvio de finalidade e confusão patrimonial.
- (B) requerer diretamente a penhora de bens ou faturamento da empresa "Z" para cumprimento da obrigação tributária da empresa "A", porque aquela se confunde com os executados pessoas físicas.
- (C) retificar, de ofício, a Certidão da Dívida Ativa – CDA, para substituir a empresa "A" pela empresa "Z" como sujeito passivo do débito tributário, diante da comprovação da confusão patrimonial e da sucessão operada entre as duas empresas.
- (D) substituir, de ofício, a Certidão da Dívida Ativa – CDA, para constar, no polo passivo do título executivo, a empresa "Z" que, para efeitos de fato e de direito, sucedeu a empresa "A" no exercício das atividades comerciais.
- (E) suspender, de ofício, o curso da execução fiscal, por até 180 (cento e oitenta) dias, para proceder a autuação da empresa "Z" e subsequente penhora de seus bens ou faturamento, observado o limite do débito exequendo.

43. Sobre a exceção de pré-executividade, é correto afirmar que

- (A) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que é cabível para veicular matérias de ordem pública, ainda que desacompanhadas da prova da alegação, cabendo à Fazenda Pública o ônus da prova.
- (B) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que constitui instrumento de defesa posto à disposição dos sócios de empresas executadas para arguir inexistência de fatos que motivem sua responsabilidade pessoal pelo crédito exequendo e requerer dilação probatória.
- (C) da decisão judicial que rejeita a exceção cabe recurso de apelação e reexame necessário.
- (D) da decisão judicial que acolhe a exceção cabe agravo de instrumento.
- (E) da decisão judicial que acolhe a exceção cabe recurso de apelação ou, no caso do art. 34 da Lei nº 6.830/80, embargos infringentes.

44. Em compra e venda de imóvel situado no município de Marília, a base de cálculo do ITBI devido será

- (A) equivalente ao valor venal atribuído ao imóvel para fins de lançamento do IPTU no exercício imediatamente anterior àquele em que for realizado o negócio jurídico.
- (B) equivalente ao valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel para fins de lançamento do IPTU no exercício vigente, se este for superior, conforme lei municipal em vigor.
- (C) equivalente ao valor venal atribuído ao imóvel para fins de lançamento do IPTU, conforme média apurada nos últimos cinco anos que antecedem o exercício em curso.
- (D) equivalente ao valor declarado pelas partes perante oficial de registro, independentemente do valor de fato pactuado no negócio jurídico, respeitando-se a livre iniciativa.
- (E) obrigatoriamente equivalente ao valor considerado para lançamento do IPTU, considerando a competência tributária municipal na matéria.

45. A medida cautelar fiscal e a execução fiscal são ações judiciais

- (A) dependentes e subordinadas, pois a medida cautelar fiscal será requerida ao juiz competente para a execução fiscal, correndo em autos apensados, sendo certo que cessarão os efeitos da cautelar preparatória tão logo ajuizada a execução fiscal correlata.
- (B) dependentes e relativamente subordinadas, pois correrão perante o mesmo juízo, os autos serão apensados e, eventual decisão judicial que acolha alegação de extinção do crédito tributário nos autos da cautelar fiscal comunicará à execução fiscal correlata.
- (C) independentes, embora subordinadas, pois em nenhuma hipótese o indeferimento da medida cautelar fiscal obsta que a Fazenda Pública ajuíze execução fiscal correlata, perante o mesmo juízo.
- (D) independentes, embora subordinadas porque tramitam perante o mesmo juízo e em autos apensados, porém a cessação dos efeitos da medida cautelar independe do resultado da execução fiscal correlata.
- (E) independentes e com pedidos distintos porque, diferentemente da execução fiscal, a medida cautelar pode ser ajuizada em face do sujeito passivo do crédito tributário ou não tributário, independentemente de prévia constituição do crédito, caso o devedor, tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.

46. Sobre o empenho da despesa pública, é correto afirmar:

- (A) é a primeira providência que deve ser adotada para efetuar uma despesa pública e corresponde à reserva de recursos orçamentários no exercício financeiro em curso, em montante suficiente para pagamento da obrigação e, por servir de garantia ao credor do ente público, é facultativo.
- (B) porque antecede a liquidação da despesa pública, será sempre feito por estimativa, objetivando reservar recursos orçamentários suficientes para fazer frente a despesa no exercício financeiro em curso.
- (C) nos dois últimos quadrimestres do mandato do Prefeito é vedado aos Municípios contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- (D) se não houver liquidação e pagamento da despesa até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro seguinte àquele em que emitida a nota de empenho, o valor empenhado será computado como restos a pagar.
- (E) é dispensável no regime de adiantamento, aplicável aos casos de despesas que se aperfeiçoam com a entrega de numerário a servidor, nos termos expressamente definidos em lei específica.

47. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal de Marília, em virtude de decisão judicial, far-se-ão, segundo a Constituição Federal,
- (A) no regime ordinário de pagamento, exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ou por meio de requisições de pagamentos de obrigações definidas em lei municipal como de pequeno valor.
 - (B) mediante inclusão, no orçamento municipal, de verba necessária ao pagamento dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios ou requisições de pagamentos de obrigações de pequeno valor, apresentados até 1º de julho do exercício anterior.
 - (C) à vista de ofício requisitório expedido pela Presidência do Tribunal que proferir a decisão exequenda, a quem compete autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente nos casos de débitos de natureza alimentícia, o sequestro da quantia respectiva caso o precatório não seja quitado até o final do exercício seguinte àquele em que transitada em julgado a decisão.
 - (D) exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e das requisições de pagamentos de obrigações de pequeno valor, observada a possibilidade de repartição do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total no limite legal de pequeno valor, em benefício do mesmo credor, se maior de 60 (sessenta) anos de idade, portador de doença grave ou pessoa com deficiência.
 - (E) mediante abatimento, a título de compensação, dos valores correspondentes aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública Municipal de Marília, excluídas parcelas vincendas de parcelamentos, independentemente de sua execução encontrar-se suspensa.
48. O Prefeito de Marília, pretendendo incentivar o desenvolvimento econômico local, estuda conceder anistia a pessoas físicas e jurídicas para tributos municipais. O procurador jurídico de Marília, corretamente, orientará o Chefe do Poder Executivo a
- (A) demonstrar que a anistia não representa renúncia de receita porque constitui dispensa do pagamento de juros e encargos dos débitos tributários de caráter geral, sem atribuição de tratamento diferenciado, nos termos do art. 14, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro da anistia no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos quatro exercícios subsequentes, demonstrar que a renúncia de receita foi considerada no Plano Plurianual, na Lei Orçamentária Anual e no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência da anistia e nos três exercícios subsequentes, indicar sua previsão no Plano Plurianual, na Lei Orçamentária Anual e demonstrar que o impacto anual da medida não afetará as metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência da anistia e nos dois exercícios seguintes, demonstrar que a renúncia de receita foi considerada na Lei Orçamentária Anual e que não afetará as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e/ou indicar as medidas de compensação que acompanharão a renúncia de receita.
 - (E) apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em curso e nos dois exercícios seguintes, e demonstrar que a renúncia de receita, conforme considerada na Lei Orçamentária Anual, não impactará as metas fiscais do anexo correspondente da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

49. As despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária

- (A) podem ser realizadas mediante abertura, por decreto do Chefe do Poder Executivo, de créditos adicionais, extraordinários, desde que haja prévia autorização legislativa e demonstração de ausência de comprometimento do superávit financeiro.
- (B) podem ser realizadas mediante abertura, por decreto do Chefe do Poder Executivo, de créditos adicionais, suplementares ou especiais, desde que destinadas ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, em caso de calamidade pública.
- (C) podem ser realizadas mediante prévia autorização legislativa e abertura, por decreto do Chefe do Poder Executivo, de créditos adicionais, suplementares ou especiais, desde que existam recursos disponíveis e sejam acompanhadas de justificativa.
- (D) não podem ser realizadas, exceto se houver autorização legal prévia e específica para os casos de calamidade pública.
- (E) não podem ser realizadas em hipótese alguma, sendo responsabilidade do Chefe do Poder Executivo elaborar com a máxima precisão possível o planejamento orçamentário do município.

50. Em determinada execução fiscal promovida pela Prefeitura Municipal de Marília, é localizado um bem que, uma vez alienado gerará valor mais do que suficiente para o pagamento do crédito tributário ao Erário. O juízo determina a penhora do bem e designa um depositário judicial. Seguidos os trâmites processuais, é determinado o leilão do bem. No entanto, verifica-se que o depositário judicial vendeu o bem por conta própria e apossou-se do valor, estando em local incerto e não sabido. Considerando as previsões do Código Penal, é correto afirmar que o depositário judicial, nessa situação, haveria cometido o crime de

- (A) prevaricação.
- (B) peculato mediante erro de outrem.
- (C) apropriação indébita.
- (D) peculato.
- (E) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

51. Considere a seguinte situação hipotética.

Apura-se que o Prefeito de Antares poderia ter cometido crime de responsabilidade, pois há indícios de que ele haveria se utilizado, indevidamente, em proveito próprio, de bens e rendas públicos. No entanto, a apuração dos fatos deu-se em dezembro de 2016, ao final do mandato do Prefeito, que não havia sido reeleito. Mesmo assim, as investigações prosseguiram, e em dezembro de 2017, há provas suficientes para que o agora ex-Prefeito seja processado por crime de responsabilidade. Nesse caso, considerando o previsto no Decreto nº 201/67 e nas Súmulas do Supremo Tribunal Federal, o ex-Prefeito

- (A) deve ser denunciado perante o Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, porque a extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática do crime em questão.
- (B) não pode ser denunciado perante o Poder Judiciário, nem perante a Câmara dos Vereadores, porque a extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática do crime em questão, por extinção da punibilidade.
- (C) deve ser denunciado perante a Câmara de Vereadores, que realizará o julgamento do feito, independentemente de pronunciamento do Judiciário, porque a extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática do crime em questão.
- (D) não pode ser denunciado perante o Poder Judiciário, mas pode ser submetido a julgamento perante a Câmara de Vereadores, mesmo após extinto o mandato, pois se trata de infração política e não criminal.
- (E) deve ser denunciado perante o Poder Judiciário, independentemente de pronunciamento da Câmara dos Vereadores, porque com a extinção do mandato, a conduta passa a ser regida pelos crimes comuns do Código Penal, caracterizando-se, assim, incidência do tipo penal do peculato.

- 52.** De acordo com o entendimento exposto pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, o sucessor
- (A) não responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (B) responde subsidiariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (C) responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (D) não responde, solidária ou subsidiariamente, por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (E) responde subsidiariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, independentemente da hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
- 53.** Em relação ao contrato de aprendizagem, é correto afirmar que
- (A) poderá ser ajustado de forma tácita ou verbal.
 - (B) deverá ser entabulado com o maior de 16 (dezesesseis) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem, no qual se assegura formação técnico-profissional metódica.
 - (C) garantirá o salário-mínimo mensal.
 - (D) extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, salvo em se tratando de portador de deficiência.
 - (E) não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas em qualquer hipótese a prorrogação e a compensação de jornada.

- 54.** De acordo com texto expresso na CLT, no caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, o Tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a
- (A) 1 (um) ano.
 - (B) 2 (dois) anos.
 - (C) 3 (três) anos.
 - (D) 4 (quatro) anos.
 - (E) 5 (cinco) anos.
- 55.** No processo do trabalho, em relação às testemunhas, é correto afirmar que cada uma das partes não poderá indicar mais de
- (A) 3 (três) testemunhas para o rito sumaríssimo, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis).
 - (B) 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis).
 - (C) 2 (duas) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 5 (cinco), ou de rito sumaríssimo, em que o número máximo é de 02 (duas).
 - (D) 2 (duas) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis), ou de rito sumaríssimo, em que o número máximo é de 02 (duas).
 - (E) 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 5 (cinco), ou de rito sumaríssimo, em que o número máximo é de 02 (duas).

- 56.** Considere a seguinte situação hipotética. O Município de Marília possui um terreno de área urbana remanescente e inaproveitável para edificação, resultante de uma obra pública. O proprietário de imóvel limdeiro interessa-se pela aquisição dessa área pública. Segundo a Lei Orgânica do Município de Marília,
- (A) a venda não pode ser realizada ao proprietário do imóvel limdeiro, pois os bens do Município de Marília são inalienáveis.
 - (B) a venda não pode ser realizada diretamente ao proprietário do imóvel limdeiro, pois deve haver uma concorrência para a venda do bem, da qual o proprietário referido pode participar e fazer sua proposta.
 - (C) a venda poderá ser realizada diretamente ao proprietário do imóvel limdeiro, dependendo apenas de prévia avaliação e autorização legislativa.
 - (D) a venda poderá ser realizada diretamente ao proprietário do imóvel limdeiro, dependendo de prévia avaliação, da apresentação de certidões tributárias negativas e do pagamento à vista do valor apurado pela avaliação.
 - (E) a venda não pode ser realizada diretamente ao proprietário do imóvel limdeiro, pois deve haver um leilão para a venda do bem, do qual o proprietário referido pode participar e fazer sua proposta.
- 57.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre temas constantes da Lei Complementar Municipal nº 13/1992 (Código de Posturas do Município de Marília).
- (A) O transporte pelas vias públicas de ossos de animais e demais resíduos provenientes de açougues e abatedouros deverá ser efetuado em veículos fechados; excepcionalmente poderá ser efetuado em veículos abertos, em datas e horários a ser estabelecidos em regulamento.
 - (B) É permitido depositar ou descarregar toda espécie de lixo, inclusive detritos de qualquer natureza, em terrenos localizados nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município, desde que os referidos terrenos estejam devidamente fechados.
 - (C) As desordens, algazaras ou barulho, porventura verificados nos estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas, não sujeitarão os proprietários a multa, mas poderá ser cassada a licença para seu funcionamento de acordo com a gravidade do incidente.
 - (D) É proibido o comércio ambulante de medicamentos e quaisquer produtos farmacêuticos, gasolina, que-rosene, fogos de artifício, aguardente ou qualquer bebida alcoólica, café, pães de qualquer espécie, salgados, carnes e vísceras.
 - (E) Nos casos de carga e descarga de materiais que não possam ser feitas no interior dos imóveis, serão toleradas a carga e descarga na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas e no horário estabelecido pela Prefeitura.
- 58.** O Código Tributário de Marília prevê, dentre outras, a seguinte hipótese de isenção de imposto predial:
- (A) o imóvel, independentemente do tamanho da área e da localização, cujo proprietário seja aposentado, pensionista ou idoso com mais de 60 (sessenta) anos de idade.
 - (B) o imóvel, independentemente do tamanho da área e da localização, cujo proprietário seja pessoa com deficiência física ou mental.
 - (C) o prédio onde se ache instalado convento, seminário, ou qualquer outra organização religiosa, ou ainda entidades qualificadas como organizações sociais.
 - (D) o prédio cedido gratuitamente, em mais de 50% (cinquenta por cento) da sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.
 - (E) o prédio de uso de agremiações esportivas e culturais locais, desde que o imóvel seja de propriedade da própria entidade.
- 59.** De acordo com o Plano Diretor do Município de Marília, a Zona de Expansão Urbana é
- (A) a que apresenta maior densidade populacional e construtiva, dotada de infraestrutura e serviços, bem como equipamentos públicos e comunitários, dividida em duas regiões, a saber, Central e Periférica.
 - (B) a parte da Zona Rural, situada no planalto, caracterizada pela apresentação de usos diversificados que se configuram como transição entre o meio rural e o meio urbano, ocupada parcialmente por chácaras e sítios de recreio de forma desordenada e ambientalmente inadequada.
 - (C) uma área de proteção ambiental caracterizada pela ocupação de mata atlântica e presença de escarpas que definem a linha de ruptura topográfica, separando planalto e planície, destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente, conhecida como Parque do Itambé.
 - (D) a porção do território limitada pelos Municípios vizinhos e pela franja inferior da área de proteção ambiental conhecida como Parque dos Itambés, e que ocupa a planície do Município de Marília.
 - (E) é uma área caracterizada pela grande diversidade de solos, com estrutura fundiária e intensa produção agrícola, dividida em 5 (cinco) distritos zonais: norte, sul, leste, oeste e centro.

60. Suponha-se que a autoridade julgadora de um determinado processo administrativo disciplinar verifique que consta do relatório da Comissão que o acusado foi validamente citado e participou do contraditório, mas ele não nomeou advogado como procurador e a defesa foi subscrita pelo próprio servidor que está sendo processado. Diante disso, a autoridade julgadora deve
- (A) proferir decisão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, pois a ausência de nomeação de advogado não é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar.
 - (B) declarar a nulidade total do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça todos os atos processuais.
 - (C) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.
 - (D) declarar a nulidade total do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e ordenar a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.
 - (E) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e ordenar a constituição de outra comissão para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

